

Senadores cobram dos EUA fim de restrições comerciais

Nas discussões sobre a Alca, José Serra e Eduardo Suplicy apóiam posição do governo brasileiro. Maldaner prevê impacto extraordinário com o fim das tarifas de importação



Antonio Carlos fala perante o Fórum Nacional de Secretários de Agricultura, que continua hoje

O governo brasileiro tem toda razão em exigir, numa primeira etapa, a eliminação total das barreiras impostas pelos Estados Unidos às exportações nacionais, porque elas contrariam os princípios da Organização Mundial do Comércio. O ponto de vista foi defendido em plenário pelo senador José Serra, ao comentar as discussões em torno da formação da Área de Livre Comércio das Américas (Alca).

O senador Casildo Maldaner considerou fantástica a idéia da Alca, pois, a seu ver, somente a eliminação de tarifas de importação no continente "terá um impacto extraordinário". Ele denunciou a tentativa de demolir o Mercosul.

O senador Eduardo Suplicy também manifestou apoio à posição brasileira nos debates sobre a criação da Alca. "Não é possível que os EUA vejam a Alca apenas como um instrumento econômico. É preciso a integração do homem das Américas ao processo, inclusive aceitando a entrada de Cuba nas negociações", afirmou. **Página 7**

NESTA EDIÇÃO

1 Agrotóxicos com receita

Para obter financiamento destinado à aquisição de agrotóxicos, interessado terá de apresentar receita. **Página 2**

2 Apoio aos pequenos

Projeto aprovado cria linha de crédito para microempresários e taxistas. Os recursos virão do Fundo de Apoio ao Trabalhador. **Página 3**

ACM convoca cruzada contra corrupção. CPI é discutida em plenário

Jáder Barbalho, Pedro Simon, Jefferson Peres e Humberto Lucena comentam denúncia

Ao abrir ontem o Fórum Nacional de Secretários de Agricultura, o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, convocou uma vigorosa "cruzada cívica contra a impunidade e a corrupção". No plenário, as denúncias de compra de votos de deputados do Acre em favor da reeleição foram novamente comentadas pelos

senadores. Pedro Simon e Jefferson Peres defenderam a criação de uma CPI para investigar o episódio. O líder do PMDB, Jáder Barbalho, anunciou que o partido deverá decidir na próxima quarta-feira se apoiará ou não a CPI. Humberto Lucena pediu rigorosa apuração da denúncia. **Páginas 4 e 5**

Em debate, violência nas cidades

A partir de um pronunciamento de Romeu Tuma, vários senadores discutiram o problema no plenário. **Página 6**

Financiamento de agrotóxicos dependerá de receita

Relator Jonas Pinheiro observa que projeto aprovado cria medida de controle salutar e contribui para preservar a qualidade da vida humana, assim como a fauna e a flora



Artur da Távola

Távola exalta Brahms e prega romantismo

O senador Artur da Távola (PSDB-RJ) disse ontem, em palestra intitulada *A Brahms no centenário da morte. Estará morto o romantismo?*, que o "romantismo, não aquele do exagero, mas sim o do profundo sentimento, tem de estar presente em uma sociedade que trocou a cidadania pelo consumo". O evento fez parte do projeto *Quintas Culturais*, da Biblioteca do Senado, e homenageou o compositor alemão Johannes Brahms, cujo centenário de morte está sendo lembrado em todo o mundo.

Depois de dissertar sobre as características do romantismo, Távola relatou a trajetória de Brahms, como a infância pobre e o talento precoce do músico. Para o senador, o compositor alemão recuperou as tradições germânicas na música, através da "grandeza, dignidade e sentimento" das suas obras.

Estiveram presentes à palestra os senadores Bernardo Cabral (PFL-AM), Bello Parga (PFL-MA) e Ronaldo Cunha Lima (PMDB-PB).

O plenário do Senado aprovou ontem projeto de lei da Câmara que obriga a apresentação de receituário agrônomo para a obtenção de

financiamento agrícola destinado à aquisição e aplicação de agrotóxicos e afins. Os agentes financeiros privados e oficiais poderão facultar aos beneficiários dos créditos o financiamento das



Jonas Pinheiro

despesas com assistência técnica. O projeto vai à sanção presidencial. Em pareceres favoráveis apresentados à Comissão de Assuntos Sociais e à Comissão de Assuntos Econômicos, o senador Jonas Pinheiro (PFL-MT) observou que o projeto, conhecido como "Lei dos Agrotóxicos", cria uma medida de controle salutar so-

bre o uso de agrotóxicos e contribui para preservar "não apenas a qualidade da vida humana, como, também, a fauna e a flora".

Para o senador, o condicionamento do crédito rural à apresentação de receituário agrônomo fará com que aqueles produtos sejam utilizados de forma mais criteriosa e correta no país, "consoante os procedimentos técnicos prescritos pelos profissionais habilitados".



ACM recebe secretário da Marinha

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, recebeu ontem em audiência o almirante-de-esquadra Carlos Edmundo de Lacerda, secretário-geral da Marinha brasileira. Foi uma visita de "cortesia", informou o secretário, que assumiu o cargo recentemente. O senador recebeu, ainda, o presidente da Previ, Jair Antonio Bilac.

Agenda do Dia

PLENÁRIO

9h - Sessão não deliberativa do Senado

PREVISÃO DE TRABALHOS

Segunda-feira (19.05.97)

14h30 - Sessão não deliberativa do Senado

Terça-feira (20.05.97)

14h30 - Agenda em aberto

Quarta-feira (21.05.97)

14h30 - Sessão deliberativa do Senado

Pauta: Votação em primeiro turno da "PEC nº 4/97, que permite a reeleição do presidente da República, governadores e prefeitos.

Quinta-feira (22.05.97)

14h30 - Agenda em aberto

Sexta-feira (23.05.97)

9h - Sessão não deliberativa do Senado

COMISSÕES

Terça-feira (20.05.97)

10h - Comissão de Assuntos Econômicos

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: "PLS nº 212/95 (terminativo), que dispõe sobre a concessão de incentivo fiscal para as pessoas jurídicas que possuam empregados com mais de 40 anos; "PLS nº 46/96 - Complementar (não terminativo), que autoriza o Banco Central do Brasil a vender parte das reservas internacionais e os bancos brasileiros a realizarem empréstimos em moeda estrangeira; "PLS nº 30/96 (terminativo), que dispõe sobre a aplicação das reservas cambiais; "PLS nº 292/95 (terminativo), que dispõe sobre a aplicação das receitas provenientes das privatizações; e "Ofício "S" nº 35/97 (não terminativo), que encaminha solicitação do governo do estado do Rio Grande do Sul, para contratar operação de crédito junto ao Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento - Bird, no valor de US\$ 125 milhões, a preços de 31.01.97, cujos recursos serão destinados a financiar a execução do Programa de Reforma do Estado. Sala 19 - Ala Senador Alexandre Costa

ORDEM DO DIA

Taxistas e microempresas podem ter empréstimo

Substituto de Waldeck a projeto de Lucena, aprovado ontem, destina R\$ 1 bilhão em recursos do FAT a serem aplicados pela CEF. Proposta ainda depende de nova votação

Espírito Santo e Piauí receberão recursos da Caixa

O plenário do Senado aprovou ontem projeto de resolução que autoriza os governos do Piauí e do Espírito Santo a contratar operações de crédito junto à Caixa Econômica Federal (CEF) destinadas a cobrir o pagamento de indenizações trabalhistas resultantes do Programa de Desligamento Voluntário (PDV), conforme o Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados.

O governo do Espírito Santo tomará emprestados R\$ 64,6 milhões da CEF, a serem pagos em 21 prestações mensais consecutivas, com encargos financeiros iniciais de 2,1095%, repactuados trimestralmente. No caso do Piauí, trata-se de termo aditivo de rerratificação de contrato de crédito com a CEF. Em 1996, o governo piauiense foi autorizado a contrair empréstimo de R\$ 38,7 milhões. Pela autorização aprovada ontem, o valor inicial foi aumentado para R\$ 53,5 milhões.

Chega ao Congresso mensagem sobre crédito suplementar

Em sessão conjunta do Congresso Nacional, realizada na noite de ontem, foi lida mensagem do presidente da República que autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Orçamento Fiscal da União, crédito suplementar no valor de R\$ 15,5 milhões, em favor da Secretaria de Assuntos Estratégicos. Foram lidas também mensagens sobre medidas provisórias e vetos presidenciais.

O plenário do Senado aprovou ontem substitutivo do senador Waldeck Ornelas (PFL-BA) a projeto de lei de autoria do senador Humberto Lucena (PMDB-PB) que visa à abertura de uma linha de financiamento de R\$ 700 milhões para micro e pequenas empresas, e de R\$ 300 milhões destinados à aquisição de automóveis para utilização no transporte autônomo de passageiros em cidades com mais de 50 mil habitantes. Para ser remetido à apreciação da Câmara, o pro-



Waldeck Lucena

jeito depende de votação suplementar no Senado.

A proposição autoriza a alocação, em depósitos especiais na Caixa Econômica Federal, de recursos da disponibilidade financeira do Fundo de Apoio ao Trabalhador (FAT),

no total de R\$ 1 bilhão. Os recursos serão remunerados pela Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) a partir de sua liberação, sendo que a CEF terá 36 meses para devolvê-los ao FAT.

Também foi aprovado, em turno suplementar, projeto garantindo assistência judiciária trabalhista a maiores de 14 anos e menores de 18, por meio de seus representantes legais ou, na falta destes, por órgãos da Justiça ou sindicato do menor reclamante. O projeto teve parecer favorável de Valmir Campelo (PTB-DF).

Senado aprova programação monetária de dois trimestres

O plenário do Senado aprovou ontem a programação monetária relativa aos dois primeiros trimestres do corrente ano. Trata-se de aprovação formal, conforme destacaram os relatores das matérias na Comissão de Assuntos Econômicos, os senadores Waldeck Ornelas (PFL-BA) e



Coutinho

Coutinho Jorge (PSDB-PA), pois a programação do primeiro trimestre chegou à CAE no final de janeiro e a do segundo, no final de abril. Ambos registraram, em seus pareceres, que restou à CAE apenas dar consequência às formalidades previstas na lei que instituiu o Plano Real, "concedendo, em verdade, homologação" às programações monetárias relativas ao primeiro e segundo trimestres de 1997. Quanto ao mérito das programações dos dois trimestres, os relatores também frisaram que elas es-

tão tecnicamente corretas, mas, "processualmente, não".

O senador Jáder Barbalho (PMDB-PA), por sua vez, anunciou que apresentará projeto de lei sobre o assunto. "A lei é dura com o Congresso, dando apenas 10 dias para a CAE manifestar-se contrariamente. Ao mesmo tempo, o governo envia a programação com um mês de atraso", afirmou. Já para o senador Jefferson Peres (PSDB-AM), se o Congresso concedesse autonomia ao Banco Central, a programação monetária poderia ser previamente aprovada pelo Senado e, trimestralmente, o banco prestaria contas de seu cumprimento.

Mesmo considerando que a matéria, por estar vencida, deveria ter sido arquivada pelo Senado, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) defendeu a sua rejeição.

Projetos de Tebet e Bezerra vão à Câmara

O Senado deve examinar hoje à Câmara dois projetos de lei aprovados terminativamente: um do senador Ramez Tebet (PMDB-MS), que permite ao empregado a movimentação de sua conta vinculada no FGTS, quando da declaração judicial da falência da empresa, e outro do senador Carlos Bezerra (PMDB-MT), que transfere do Ministério do Trabalho para a Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj) a responsabilidade pela emissão do registro profissional.

Na justificativa de seu projeto, Tebet lembrou que existe a hipótese de o trabalhador sacar o FGTS por ocasião da extinção da empresa, mas está condicionada à finalização do processo de liquidação da firma, o que o seu projeto agora dispensa. O projeto de Bezerra, além de conferir à Fenaj a competência para emitir o registro profissional, permite o exercício do jornalismo a estrangeiros com residência definitiva no Brasil ou autorização a trabalhar no país.

DENÚNCIAS

ACM convoca cruzada cívica contra corrupção e impunidade

Presidente do Senado condena ocupação do gabinete do ministro do Planejamento por integrantes do "Grito da Terra"

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, lançou ontem uma convocação à sociedade brasileira, e em particular aos homens públicos honestos dos três Poderes da República, para o desenvolvimento de uma vigorosa "cruzada cívica contra a impunidade e a corrupção".

A impunidade é a "mãe da corrupção", enfatizou o senador na abertura do Fórum Nacional de Secretários de Agricultura, que estará reunido no Senado até hoje. Antonio Carlos Magalhães voltou a propor aos parlamentares a elaboração de uma nova legislação, prevendo um rito sumário para a investigação e a punição rigorosa de delitos, a fim de que a



Antonio Carlos Magalhães

lei deixe de castigar apenas os pobres no país.

De acordo com o senador, a corrupção está presente tanto no Legislativo quanto no Executivo e no Judiciário. Antonio Carlos Magalhães acusou o sistema judiciário brasileiro de "corporativo" e citou como

exemplos recentes casos ocorridos no Maranhão e na Bahia, para criticar juízes que transformam "devedores em credores".

A "baderna" promovida por integrantes do movimento "Grito da Terra" no gabinete do ministro do Planejamento foi igualmente repudiada pelo presidente do Senado, que considerou a foto de um peru sobre a mesa do ministro como razão mais que suficiente para motivar punição exemplar.

Antonio Carlos lamentou o clima de impunidade e revelou ter transmitido ao próprio presidente da República, por telefone, suas preocupações com o estado de coisas e a necessidade de punição imediata de todos os envolvidos.



Simon

Simon propõe que julgamento seja imediato

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) anunciou ontem que apresentará projeto de lei estabelecendo que os processos contra políticos tenham um julgamento imediato. Ele voltou a defender a instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para apurar as denúncias de compra de votos para aprovar a reeleição. "Nem na época do governo do ex-presidente Fernando Collor se viram tantos escândalos", garantiu.

Pedro Simon destacou que no governo de Fernando Collor o Congresso criou uma CPI que resultou na própria cassação do mandato do presidente. "Collor não boicotou os trabalhos da comissão", lembrou ele, ao perguntar se o atual governo impediria as investigações necessárias.

Na opinião do senador, "se o presidente Fernando Henrique Cardoso tivesse bom senso e equilíbrio", aceitaría o apelo das oposições e adiaría a votação da emenda da reeleição. A seu ver, "a única saída nesse momento para o presidente da República é apoiar a realização de um referendo popular sobre a proposta de reeleição".

Afirmado falar também em nome do senador Josaphat Marinho (PFL-BA), Pedro Simon disse que é ilegal a emenda da reeleição. Ele destacou que a tradição do Brasil é contra essa proposta, tanto assim que a idéia foi rejeitada em 1921, 1934, 1946, 1988 e em 1993.

Apoio à Comissão de Sindicância

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, disse ontem que considera "inteiramente desnecessária" a criação de uma CPI do Congresso para apurar a ocorrência de corrupção durante a votação da emenda da reeleição, porque o envolvimento de alguns deputados não invalida a decisão tomada pelo plenário:

- Não é a reeleição que está

em jogo, e sim o procedimento de uns poucos deputados.

O senador lembrou que, quanto ao aspecto da punição dos deputados, todas as providências já estão sendo adotadas pelo presidente da Câmara, Michel Temer. Sobre a falta de competência da Comissão de Sindicância da Câmara para convocar outros envolvidos não-parlamentares, ele observou que mesmo uma CPI não

poderia punir qualquer pessoa de fora da instituição, mas apenas encaminhar os resultados das investigações ao Ministério Público.

Antonio Carlos informou que a tramitação da emenda da reeleição no Senado prossegue normalmente. A votação da proposta pelo plenário está marcada para 21 de maio, e o segundo turno para 4 de junho.

PMDB toma posição na quarta-feira

O líder do PMDB no Senado, Jáder Barbalho (PA), anunciou ontem que a cúpula do partido deverá decidir na próxima quarta-feira (dia 21) se apoiará, ou não, a criação de uma CPI para apurar as denúncias de venda de



Jáder

votos para aprovar a reeleição. A data escolhida, segundo o senador, visa aguardar o encerramento, previsto para terça-feira (dia 20), dos trabalhos da comissão de sindicância criada na Câmara.

Jáder informou que, em reu-

nião realizada quarta-feira à noite (dia 14), as lideranças do PMDB no Congresso Nacional resolveram hipotecar "integral apoio" à decisão tomada pelo presidente da Câmara, deputado Michel Temer, de criar uma comissão de sindicância sobre o episódio.

DENÚNCIAS

Jefferson lembra que alertou sobre reeleição

Senador lê discurso que proferiu em 1995, no qual chamava a atenção do presidente da República para o fato de que estava se sujeitando a "sofrer desgaste muito grande"

O senador Jefferson Peres (PSDB-AM) lembrou ontem que, em discurso proferido no dia 10 de novembro de 1995, já alertara o governo para os riscos e perigos da proposta de emenda constitucional relativa à reeleição. "Uma pena, porque fui profético. Tudo o que previ, infelizmente, aconteceu", disse o senador. Ele afirmou que o presidente da República deveria ser o primeiro a apoiar uma CPI para investigar as denúncias de compra de votos para a aprovação da reeleição.

Na opinião de Jefferson, "aqueles que são críticos e alertam os governantes deviam ser tomados como os amigos mais leais do governo. No entanto, assinalou, os governantes preferem ouvir políticos mais ilus-

tres e lamentavelmente terminam acontecendo fatos indesejados". O senador leu o discurso proferido em 1995, no qual alertava o presidente para o fato de que estava se sujeitando a "sofrer processo de desgaste muito grande".



Jefferson

Em aparte, o senador Epitácio Cafeteira (PPB-MA) elogiou Jefferson afirmando que, mesmo pertencendo ao partido do governo, ele tem sempre a coragem de dizer o que pensa. Já o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) de-

fendeu que o Congresso precisa tomar as medidas necessárias à instalação de uma CPI para investigar as denúncias de compra de votos para a reeleição. E o senador Sebastião Rocha (PDT-AP) disse que o senador Jefferson Peres honra muito bem o estado que representa.

Lucena sugere punição exemplar

O senador Humberto Lucena (PMDB-PB) pediu ontem rigorosa apuração do envolvimento de parlamentares na compra de votos para a aprovação da emenda da reeleição, assim como sua punição exemplar. Ele lembrou que o presidente da Câmara constituiu comissão de sin-

dicância para, no prazo de sete dias, apurar as denúncias. Lucena observou que, se os parlamentares implicados forem responsabilizados, terão seus mandatos cassados e a suspensão dos direitos políticos.

Ele mencionou declaração de Fernando Henrique, de que qualquer auxiliar seu que, com-

provadamente, seja apontado como participante desse processo de corrupção, será afastado do governo. "Não poderia ser outra a conduta do presidente, nesta hora em que a nação cobra, cada vez mais, uma conduta ética dos seus homens públicos", afirmou.

OCUPAÇÃO DE GABINETE

Tática do Grito da Terra deixa Fogaça "perplexo"

"Perplexo." Essa foi uma das palavras usadas em plenário pelo senador José Fogaça (PMDB-RS) ao condenar a invasão do Ministério do Planejamento por integrantes do "Grito da Terra", na quarta-feira, e soltar porcos, galinhas, uma cabra e um peru nos corredores e salas do ministério.

- Colocar um peru no gabinete do ministro Kandir teve nítido conteúdo de zombaria à figura de um ministro de Estado. Todos têm direito de se manifestar, mas não se pode ultrapassar o limite do respeito - afirmou.

Na opinião de Fogaça, o governo do DF tem o dever de cuidar da segurança das embaixadas, dos prédios públicos e da

integridade física e moral dos homens públicos. "E se o governo do DF faz oposição ao presidente, esse dever tem de ser redobrado, evitando-se comentários de que se deveriam cortar verbas federais para as polícias de Brasília ou que o presidente da República deveria voltar a nomear o governador do DF", assinalou.

Em aparte, Eduardo Suplicy (PT-SP) informou que se dirigiu ao Ministério do Planejamento assim que soube da invasão. "Não me agradou a cena do peru à mesa do ministro Antônio Kandir", disse. Para o senador paulista, no entanto, é preciso analisar "as razões do protesto" dos pequenos agricultores.



Fogaça

José Eduardo Dutra defende o governador

O senador José Eduardo Dutra (PT-SE) manifestou ontem apoio ao governador do DF, Cristovam Buarque, acusado de conivência no episódio da invasão, quarta-feira, do Ministério do Planejamento por trabalhadores rurais. Dutra criticou a proposta de intervenção federal na Polícia Militar do Distrito Federal,

pois, na sua opinião, o governador vem cumprindo a obrigação constitucional de zelar pela segurança em Brasília.

O senador lembrou que, na Marcha dos Sem-Terra, os governos federal e de Brasília se uniram para fazer a segurança da capital e "não

houve qualquer incidente". Para Dutra, o governo federal acreditou que dessa vez não haveria problemas, pois o presidente da Confederação

Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (Contag), Francisco Urbano, que organizou a invasão, é filiado ao PSDB e, por isso, não pediu proteção policial.

- Não admitimos que acusem Cristovam Buarque de conivência com os invasores e também não aceitamos a intervenção na Polícia Militar. Ao contrário de outras ocupações em prédios públicos, a desocupação no Ministério do Planejamento foi ordeira e pacífica - frisou.



Dutra

Para Tuma, educação reduz gastos com segurança

Ao comentar resultados do seminário "São Paulo sem medo", senador motiva debate em plenário com Josaphat Marinho, Artur da Távola, Carlos Bezerra, Marina Silva e José Fogaça

Ao comentar os resultados do seminário "São Paulo sem medo", promovido pela Rede Globo, Fundação Roberto Marinho e Núcleo de Estudos da Violência da USP, o senador Romeu Tuma (PFL-SP) afirmou ontem que os investimentos em educação reduzem, com o tempo, os gastos dos governos com segurança. Para ele, entre outras conclusões, o seminário deixou claro que a polícia não deve ser apenas repressora, mas também um agente a serviço da comunidade.

Conforme o senador, que participou de um dos debates do seminário sobre segu-



Romeu Tuma

rança pública, além de confirmar que a violência "já atingiu níveis epidêmicos nas metrópoles brasileiras" o seminário deixou claro que "a violência é um elemento da exclusão social". Para reduzir a violência em cerca de 40% nos próximos

três anos, na Grande São Paulo, os participantes do encontro propuseram um plano de ação, com sugestões que vão do tradicional desarmamento da população a um mapeamento das áreas com maiores problemas, para atuação preventiva.

Em apertes, vários senadores debateram o problema da violência nas cidades. Para o senador Josaphat Marinho (PFL-BA), as recentes acusações à atuação policial no país "podem amedrontar" as polícias, inibindo seu trabalho de repressão ao crime. O senador Artur da Távola (PSDB-RJ) ponderou que não se pode querer uma po-

lícia competente "num país onde o poder público se encontra em crise".

Por sua vez, o senador Carlos Bezerra (PMDB-MT) frisou que, "se houver comando competente, a questão da segurança pública estará em grande parte resolvida". A senadora Marina Silva (PT-AC) disse que, se o país quiser mesmo reduzir a violência nas cidades, "o caminho é o investimento na educação". Já o senador José Fogaça (PMDB-RS) afirmou que quer resolver problemas da polícia demitindo comandos "é tratar um assunto tão sério com superficialidade e até hipocrisia".



O presidente do Senado ouviu a proposta do presidente da Bolsa Mercantil

Bolsa leva a ACM projeto agrícola

O presidente da Bolsa Mercantil & Futuros de São Paulo, Manoel Cintra, pediu ontem o apoio do presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, ao projeto agrícola que a entidade está desenvolvendo para o país, com o objetivo de elevar a produção, baratear custos e incentivar o crescimento do mercado de produtos alimentícios.

Em companhia do conselheiro da Bolsa de Valores de São Paulo, Eduardo Rocha Azevedo, e do deputado Ronaldo Caiado, Cintra apresentou o projeto, em linhas gerais, ao presidente do Senado, segundo informou o visitante.

Antonio Carlos Magalhães estimulou os estudos em torno da proposta e prometeu apoiar todas as iniciativas

que efetivamente venham a contribuir para o desenvolvimento do setor rural brasileiro. A proposta de uma nova política agrícola em elaboração pela BM&F, conforme o dirigente da instituição, pretende contribuir para a modernização do setor e requererá mudanças via legislação ordinária, decretos e portarias ministeriais.



Romero Jucá

Jucá apoia posição de FHC sobre campo

O senador Romero Jucá (PFL-RR) elogiou ontem a declaração do presidente Fernando Henrique Cardoso recriando proposta de técnicos do Ministério da Política Fundiária de alterar os índices de produtividade rural no país. Jucá lembrou já ter manifestado sua preocupação com o assunto, pois, a seu ver, as mudanças ampliariam o conflito no campo.

Ao ler nota publicada no *Correio Braziliense*, Jucá destacou que Fernando Henrique atribuiu o documento a técnicos de "terceiro escalão". Segundo o senador, o presidente garantiu que o Ministério da Agricultura já havia percebido o absurdo dessa proposta, feita "em gabinetes por pessoas que nunca pisaram o pé na terra".

EUA devem eliminar barreiras, diz Serra

A liberação de tarifas sobre produtos brasileiros no mercado norte-americano constituirá, na opinião do senador, um primeiro passo importante no sentido da formação da Alca

Ao comentar as discussões sobre a formação da Área de Livre Comércio das Américas (Alca), o senador José Serra (PSDB-SP) afirmou ontem que o governo brasileiro tem toda razão em exigir, numa primeira etapa, a eliminação total das barreiras impostas pelos Estados Unidos às exportações do Brasil, as quais contrariam princípios da OMC (Organização Mundial do Comércio).

- Tal remoção deveria ser feita sem concessões de nossa parte, simplesmente porque elas já foram feitas. As tarifas brasileiras estão baixas e os controles quantita-

tivos foram eliminados. E a prova de efetividade dessa abertura é que o déficit comercial do Brasil com os Estados Unidos passou a crescer rapidamente - disse.

José Serra citou vários exemplos de restrições dos Estados Unidos aos produtos brasileiros, observando que quotas tarifárias são aplicadas a várias exportações de alimentos do Brasil, como produtos lácteos, tabaco e atum, e explicou que, acima da quota, aplica-se uma sobretaxa. Ele afirmou que barreiras sanitárias pro-

ibem, nos Estados Unidos, a importação de carnes bovina e suína, bem como a maioria das nossas frutas e vegetais. Outra informação de Serra: o suco de laranja brasileiro paga tarifa de quase nove dólares por litro.

O senador esclareceu que subsídios concedidos pelos Estados Unidos, para a exportação de produtos agrícolas, a título de contrabalançar os subsídios europeus, terminam representando concorrência desleal para produtores brasileiros de mi-

lho e afetando negativamente nossas exportações para terceiros países, como é o caso do frango e do óleo de soja.

Para Serra, essas são as principais razões pelas quais o governo brasileiro deve continuar defendendo a maior liberalização do comércio hemisférico, exigindo a ampliação do acesso aos mercados mediante a eliminação de restrições quantitativas e barreiras comerciais. Ele comentou que a política comercial externa brasileira tem mudado para melhor, mas ressaltou que ela precisa andar mais depressa ainda, "a fim de não irmos para trás".



José Serra

Amorim critica presidente da Assembléia



Amorim

O senador Ernandes Amorim (PPB-RO) criticou o presidente da Assembléia Legislativa de Rondônia por

não ter dado o encaminhamento adequado à notícia-crime do Tribunal de Contas sobre envolvimento do governo estadual com o desvio de verbas para a Centrais Elétricas de Rondônia (Ceron).

Amorim acusa o governador Valdir Raupp de ter liberado R\$ 1,4 milhão para a empresa, mesmo tendo assinado anteriormente acordo que o obrigava a não mais injetar recursos na Ceron, que passou ao controle da Eletronorte.

Ernandes Amorim informou que a notícia-crime do Tribunal de Contas chegou também ao Ministério Público de Rondônia, que realizou uma rigorosa e profunda investigação.

Maldaner: negócio deve ser bom para todos

"Para que seja constituída, a Alca tem que ser um negócio bom para todos", afirmou ontem, em discurso, o senador Casildo Maldaner (PMDB-SC). Ele informou que o presidente da União Cívica Radical, o mais tradicional partido da Argentina, Rodolfo Terra-



Casildo Maldaner

no, disse que os EUA pressionarão a Argentina a aderir ao Nafta, o acordo co-

mercial EUA-Canadá-México.

- Trata-se de uma tentativa de demolir o Mercosul, que, para os Estados Unidos, é um "mercadinho" - frisou.

Depois de elogiar o presidente Fernando Henrique Cardoso por ter declarado que a Alca deve refletir o interesse de todos os países das Américas, Casildo Maldaner disse considerar "fantástica" a

idéia da Área de Livre Comércio das Américas, pois, a seu ver, somente a eliminação de tarifas de importação no continente "terá um impacto extraordinário" na região.

- Enquanto se discute a Alca, o Brasil deve continuar a consolidar a sua liderança no Mercosul. Entendo que, apesar de não estarmos em situação econômica muito cômoda, também não estamos em situação desesperadora - destacou.

CRE avaliza estratégia brasileira

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) informou ao plenário que a Comissão de Relações Exteriores aprovou ontem requerimento, de sua autoria, apoiando as posições do governo brasileiro, em oposição aos EUA, nos debates sobre a criação da Área de Livre Comércio das Américas (Alca).

- Não é possível que os EUA vejam a Alca apenas como um instrumento econômico. É preciso a integração do homem das Américas ao processo, inclusive aceitando a entrada de Cuba nas negociações - afirmou.

Suplicy lamentou que "muitos governos" queiram o



Eduardo Suplicy

fim das restrições à movimentação de mercadorias e investimentos, mas não aceitem a integração dos trabalhadores do continente, "impedindo a livre movimentação desses trabalhadores".

CRE aprova indicação de Azambuja

O presidente da comissão, senador José Sarney, ressaltou que "não se pode falar da diplomacia brasileira das últimas décadas sem incluir o nome do diplomata"



Sob a presidência de Sarney, Azambuja fala à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Valmir Campelo critica o selo de licenciamento



Valmir

O líder do PTB no Senado, Valmir Campelo (DF), criticou ontem a criação do selo de licenciamento,

por resolução do Conselho Nacional de Trânsito (Contran). O senador classificou essa medida de abusiva e inócua, gerando a condenação e revolta de toda a sociedade.

O selo, informou Valmir, deve ser fixado no pára-brisa dos veículos, até 30 dias após o pagamento da última prestação do Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores (IPVA). Segundo relatou, os brasilienses protestaram contra o fato de, para obter o selo, perder várias horas em filas.

Suassuna sugere Brasília para nova sede da ONU

O senador Ney Suassuna (PMDB-PB) sugeriu a candidatura de Brasília a nova sede da ONU. Para ele, a mudança da entidade, localizada em Nova York, está sendo estudada devido a conflitos entre os 185 países e a prefeitura local.

Suassuna acha que Brasília oferece todas as condições ao bom funcionamento da ONU. O senador ressaltou o trabalho desenvolvido pela organi-

zação e a sua importância para os países mais pobres.

Em aparte, o senador Valmir



Suassuna

Campelo (PTB-DF) apoiou a proposta de Suassuna e afirmou que "sediar a ONU seria um

prestígio para o Brasil e uma honra para os brasilienses".

Senado comemora Dia do Museu

O Dia Internacional do Museu foi comemorado ontem, no Museu Histórico do Senado Federal, em solenidade aberta com apresentação do Coral do Senado, sob a regência da maestrina Gli-

cínia Mendes.

O diretor-geral do Senado, Agacieli Maia, ressaltou a importância do trabalho da Secretaria de Informação e Documentação da Casa, à qual se subordina o museu.

A SESSÃO DE ONTEM DO SENADO FEDERAL FOI PRESIDIDA PELOS SENADORES ANTONIO CARLOS MAGALHÃES, GERALDO MELO E CARLOS PATROCÍNIO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães - **1º Vice-Presidente:** Geraldo Melo
2º Vice-Presidente: Júnia Marise - **1º Secretário:** Ronaldo Cunha Lima
2º Secretário: Carlos Patrocínio - **3º Secretário:** Flaviano Melo
4º Secretário: Lucídio Portella

Suplentes de Secretário: Emília Fernandes - Lúcio Coelho - Joel de Hollanda - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agacieli da Silva Maia

Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

Senado na Internet - <http://www.senado.gov.br>

O *Jornal do Senado* é distribuído também nos vãos da Vasp, Varig, Transbrasil e Líder que saem de Brasília

Jornal do Senado

Órgão do Senado Federal (Ato da Comissão Diretora nº 20, de 1996)
 - **Endereço:** Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 15º e 16º andares, CEP 70165-920 - **Telefones:** (061) 311-3331 - 311-3333 - 311-3335 e **Fax:** 311-3137 - **Brasília - DF**

Diretor da Secretaria de Comunicação Social - Fernando Cesar Mesquita

Diretor de Divulgação e Integração - Helival Rios

Diretor do Jornal do Senado - Flávio de Mattos

Diretor da Agência Senado - José do Carmo Andrade

Editores - Djalba Lima, Edson de Almeida e José Humberto Mancuso

Diagramação - Sérgio Luiz e Wesley Carvalho

Fotos - Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento, Jane Araújo e Júlio Essucy

Revisão - Lindolfo Amaral, Fernando Varela e João Ribeiro

Veja no Diário do Senado a íntegra dos projetos e pronunciamentos citados.